



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

GABINETE DO PREFEITO

Projeto de Lei nº 033, de 10 de dezembro de 2025.

“Dispõe sobre a contratação de servidores por tempo determinado e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Mantenópolis, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, visando atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, autorizado a contratar os servidores abaixo relacionados até o quantitativo especificado para cada cargo, sendo referida contratação por tempo determinado, na forma do inciso “IX”, do artigo 37, da Constituição Federal, e do artigo 208, da Lei Municipal nº 1.810/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mantenópolis/ES).

Quantitativo	Cargo
06	Professor PEB 2
02	Professor PEB 3

§1º. A contratação de que trata o “*caput*” do presente artigo será pelo prazo máximo de 03 (três) meses, prorrogável por igual período, iniciando-se na data de sua assinatura e findando-se com decurso deste prazo ou com o preenchimento da vaga por servidor efetivo:

§2º. A relação jurídica previdenciária existente entre o Município de Mantenópolis/ES e os servidores temporários será estabelecida pelo Regime



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Geral de Previdência Social, aplicando-se à mesma o disposto nas Legislações em vigor.

§3º. O recrutamento dos servidores temporários para preenchimento das vagas autorizadas pelo presente artigo dar-se-á obrigatoriamente através da realização de processo seletivo simplificado vigente ou a realizar.

Artigo 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente à época da contratação.

Artigo 3º. O servidor temporário contratado deverá preencher os seguintes requisitos básicos:

I - Nacionalidade brasileira ou equiparada, observando a Legislação Federal;

II - Pleno gozo dos direitos políticos;

III - Quitação com as obrigações Militares (sexo masculino);

IV - Quitação com as obrigações eleitorais;

V - Nível de escolaridade e demais requisitos legais exigidos para o exercício do cargo;

VI - Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

VII - Gozo de boa saúde física e mental;

VIII - Não estar incompatibilizado para o serviço público em razão de penalidades sofridas;

IX - Atender as exigências previstas na Lei Municipal nº 1.555, de 28 de novembro de 2017.

Artigo 4º. A remuneração e a carga horária do servidor contratado nos termos e prazos desta lei, serão as mesmas constantes no Plano de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Mantenópolis/ES.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo Único - Para efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

Artigo 5º. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, instaurada pelo secretário da pasta de lotação do servidor, a qual deverá ser constituída obrigatoriamente por 03 (três) servidores públicos municipais estáveis do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Mantenópolis/ES.

§1º. O processo de sindicância deverá ser concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de nomeação da comissão sindicante, ficando desde já assegurado ao contratado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

§2º. Considera-se infração disciplinar passível de apuração mediante sindicância a prática de qualquer das ações previstas no artigo 119 da Lei Municipal nº 1.810/2024.

Artigo 6º. Além das hipóteses previstas na Lei 1.810/2024, o contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á sem direito à indenização:

- I - pelo término do prazo contratual;
- II - por iniciativa do contratado;
- III - por conveniência e/ou oportunidade administrativa;
- IV - pelo provimento de servidor efetivo regularmente aprovado em Concurso Público para o cargo ocupado.

Parágrafo Único - A rescisão do contrato será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao órgão contratante.

Artigo 7º. O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos desta Lei será contado para todos os efeitos legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Artigo 8º. No que couber, aos casos omissos na presente lei aplica-se de forma suplementar as disposições da Lei Complementar Estadual nº 809/2015, e/ou as prescrições contidas na Lei Federal nº 8.745/1993.

Artigo 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Mantenópolis/ES, 10 de dezembro de 2025.

Lúcio Marques de Moraes

Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA

(Projeto de Lei nº 033, de 10 de dezembro de 2025)

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DIGNOS PARES,

Apresentamos o presente projeto com o intuito de obter desta nobre Casa de Leis autorização para a contratação de servidores temporários para o exercício de 2026, os quais serão localizados na Secretaria Municipal de Educação.

A Secretaria Municipal de Educação, em atendimento à Constituição Federal, artigo 205, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - Lei nº 9.394/96, o Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/14 e o Plano Municipal de Educação, Lei nº 1.495/15, atende a Crianças da Educação Infantil (Creche e Pré-Escola), Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais), com qualidade e respeitando a normatização que dispõe a Resolução nº 3.777/14 do CEE - Conselho Estadual de Educação.

Assim, **CONSIDERANDO** a aprovação da BNCC – Base Nacional Comum Curricular e a reorganização dos currículos das Redes de Ensino, fato que trouxe mudanças significativas na Rede Municipal de Educação de Mantenópolis/ES.

CONSIDERANDO que apenas a Rede Municipal de Ensino atende aos alunos da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Município.

CONSIDERANDO que os Anos Finais do Ensino Fundamental, 6º ao 9º anos, atendidos pela Escola Municipal Luiz Simão, possuem turmas da mesma série concomitantes, o que impossibilita os professores de estarem em duas salas ao mesmo tempo e ultrapassam a carga horária dos professores efetivos em áreas específicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

CONSIDERANDO o Atendimento Educacional Especializado para crianças com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades e Superdotação, que necessitam de professores especializados e possuem direitos garantidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394/96, artigo 58, parágrafos 1º, 2º e 3º.

CONSIDERANDO a necessidade de profissionais para atuar nas disciplinas de Arte, Ensino Religioso, ALE (Aprofundamento em Leitura e Escrita) e Educação Física, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

CONSIDERANDO a necessidade de professores para assumir função de Coordenador Escolar, conforme prevê o artigo 58, da Lei Municipal nº 1.807/2024, que trata do Plano de Carreira e Vencimentos do Magistério Público de Mantenópolis.

CONSIDERANDO que os alunos da Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) necessitam de atendimento de professores para atuar como recreadores, contadores de história, além de professores para salas de multiuso.

CONSIDERANDO a obrigatoriedade da Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

CONSIDERANDO que vários professores efetivos se aposentaram no ano de 2024 e 2025.

Apresento-lhes o presente Projeto de Lei, solicitando autorização para a contratação, por meio de Processo Seletivo, dos professores para atuação no ano letivo de 2026.

Ressalte-se que o presente Projeto de Lei se trata de contratação pelo prazo máximo de 03 (três) meses, prorrogável por igual período, iniciando-se na



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

data de sua assinatura e findando-se com decurso deste prazo ou com o preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Por fim, considerando a urgente necessidade de apreciação do presente Projeto de Lei, **REQUEIRO a Convocação de Sessão(ões) Extraordinária(s)** para seu exame, outorgando à matéria a ser analisada o devido e necessário **Regime de Extrema Urgência**.

Certo de mais esta contribuição, antecipadamente agradeço, reiterando mais elevados votos de estima e distinta consideração aos membros desta Casa de Leis e demais servidores.

Gabinete do Prefeito, Mantenópolis/ES, 10 de dezembro de 2025.

Lúcio Marques de Moraes

Prefeito Municipal